

Como usar o plenário e evitar o naufrágio

LUIZ CARLOS LISBOA

Dizem que na mesma noite de domingo em que a Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte decidiu encurtar para quatro anos o mandato do presidente José Sarney, pairou no ar em meio às comemorações dos amigos do senador Mário Covas a certeza sinistra de que Leonel de Moura Brizola ia começar já sua campanha presidencial, e ela seria baseada num grande movimento de desmoralização do parlamentarismo. A desconfiança pode não ter surgido naquele dia, mas no correr da semana a ideia cresceu, e, hoje, quando Brizola acaba de afirmar que quem defender o parlamentarismo em qualquer debate deve ser votado pelo povo, a primeira dúvida já se transformou em sombria certeza. Mas não foi o fantasma do eterno presidencialismo (espécie de Maluf do populismo estatizante) que meteu mais medo nos que se abraçavam no entusiasmo da vitória sobre o presidente, poucos minutos antes: foi, isso sim, a descoberta de que o mandato de quatro anos e parlamentarismo-já, é uma dessas combinações conhecidas em química de dois elementos inócuos que se juntam para produzir um terceiro, de alta nocividade para a vida humana.

Com o mandato de quatro anos virá, talvez a afinal de contas, muito no vazio da política brasileira, um presidencialismo atenuado, com parlamento forte e características parlamentaristas, para agradar um tanto a todos e não ferir o orgulho de ninguém (melhor dizendo, de alguém). O plenário da Constituinte faria um bom trabalho, após as festas de fim de ano, deixando emergir um Conselho de Ministros e permitindo a dissolução da Câmara, desde que fosse autodissolução, o que de fato jamais aconteceria. As festas de Natal e Ano Novo serão de merecido descanso para os senhores comissários da Sistematização, que durante mais de 50 dias mourejaram como nunca antes um legislador nacional, mourejou tão seguidamente — e depois recomeça a inana, com um regimento rejuvenescido mas com uma onda de pressões (de fora para dentro) é certo) como nunca se viu antes; para segurar os princípios populistas-estatizantes que a Sistematização (competentemente escalada pelo senador Covas) amarrrou no seu projeto. Os cem próximos anos da História nacional vão depender em grande parte dessas decisões que estão sendo e que serão tomadas na Constituinte e no palácio do Planalto, agora, mas os homens públicos brasileiros continuam preocupados com seus problemas políticos subjetivos, e a mesa do Congresso Nacional propõe que sejam apuradas as causas reais do desgaste da imagem do Legislativo junto à opinião pública; quando basta ler os jornais para obter a resposta.

As disposições transitórias aprovadas na rabeira do texto constitucional do relator Bernardo Cabral deram o toque final na comédia de erros dos nossos comissários, que em sua maioria ainda não foram convertidos à perestroika que sacode os mais empedernidos nacional-socialistas do mundo. Mesmo expurgando de uma série de fantasias e bobagens, como diz bem o jornalista

Carlos Chagas na sua coluna de ontem, no Estado, o projeto afinal votado pela Comissão de Sistematização "continua um horror". A evolução lenta e segura de princípios democráticos, nas constituições brasileiras que precederam esta que ora se faz, foi perdida hoje num embaraçamento de títulos e capítulos, supressões e acréscimos que jamais o plenário vai conseguir remendar decentemente. Não é sem justa preocupação que o professor Gofredo da Silva Telles vem propor a criação de uma comissão de cinco constitucionalistas para escrever a nova Constituição "sem interesses políticos e pessoais".

O que está aí, diz o jurista, "é um vasto caderno de apontamentos, um longo e detalhado rascunho". Que contém nos seus capítulos e parágrafos, pode-se acrescentar, armadilhas e mundéus suficientes para conservar na mais estrita pobreza e no mais pavoroso imobilismo um país como o nosso. Aprovado o projeto em plenário, a imprensa terá a registrar grandes migrações de destituídos para o Exterior, e muito desespero em quem não pode partir, apesar de desencantado.

A crise sócio-econômica em que o Brasil está mergulhado até o pescoço é resultado direto e óbvio de uma visão estúpida da economia e do mundo, que aqui deitou raízes a partir de 1930. A demagogia, o personalismo, o paternalismo estatizante, vêm explorando a Nação há quase 60 anos — e os governos que substituem os populistas estatizantes (na expressão feliz do argentino Alvaro Alsogaray) imitam seus valores e repetem seus mitos, sem coragem de enfrentar a onda "progressista" e a propaganda hipnótica do nacionalismo hipócrita. Os homens públicos brasileiros (em sua grande maioria) não se modernizaram, não se informaram sobre o que acontece no mundo, não têm bastante independência intelectual para observar por conta própria, são às vezes perdidamente provincianos ou inapelavelmente egoístas nas suas preocupações. Uma concepção jeca do mundo associou-se a um pensamento minoritário de sabor ideológico (com software socialista importado), e empolgou a Comissão de Sistematização da Constituinte, encarregada de fazer o ADN das nossas células constitucionais. Todo mundo conhece o resultado e todo mundo teme as consequências.

Mas a aprovação do mandato de quatro anos para o presidente Sarney não combinou bem com a decisão de implantar o parlamentarismo no final dos trabalhos da Constituinte. Vai ser preciso chegar a uma fórmula que dissolva a antinomia e não machuque ninguém, como é da nossa tradição política. Enquanto isso, problemas que clamam aos céus, como o flagelo do déficit público no País, permanecem intocados. As grandes responsáveis por essa doença horrível que destrói as visceras da Nação — as estatais e seus gastos de muitos bilhões de cruzados "além do previsto" — raramente são mencionadas nos debates públicos e não preocupam, de modo algum, os políticos brasileiros. É estranho ver o grande navio indo a pique; enquanto a tripulação dança é a orquestra toca sem parar, no instante em que as luzes do convés, uma a uma, vão-se apagando no mar.